
**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO
DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
PAULÍNIA REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2026.**

Data e horário: Aos vinte e seis dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e seis, às 8h00, na sede do instituto. Presentes estavam: ADELSON CHAVES DOS SANTOS e NARA MARTINS MORETTI representantes dos servidores ativos, ELIETE MARIA DA SILVA, representante dos servidores inativos, ADEMIR PEREIRA, representante do Poder Executivo e REGINALDO APARECIDO NAVES representante do Poder Legislativo.

Ordem do dia:

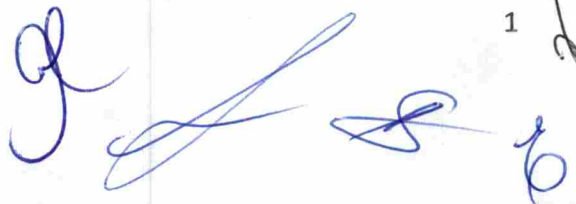
1. Aprovação da ata de reunião anterior
2. Análise da ata do Conselho Administrativo
3. Aprovação da ata do Comitê de Investimento.
4. Análise dos Processos de empenho e carteira de invest. referente ao mês de Junho de 2026.
5. Conhecimento dos processos de aposentadoria e pensões do mês de Junho de 2026.
6. Assuntos diversos.

Item 1º da ordem do dia. Procedeu-se à leitura da ata da reunião anterior do Conselho Fiscal, a qual foi aprovada por unanimidade e sem ressalvas.

Item 2º da ordem do dia. Foi analisada pelo Colegiado a ata referente ao mês de junho do Conselho Administrativo, disponibilizada no site da Pauliprev, não tendo sido registradas quaisquer observações ou ressalvas pelos Conselheiros. Ressaltou-se, contudo, que a ata referente ao mês de maio, cuja análise por este Conselho deveria ter ocorrido na reunião anterior, permanece, até o momento desta reunião, sem publicação no site da Pauliprev, impossibilitando seu devido acompanhamento e avaliação pelo Colegiado.

A Conselheira Eliete observou que, ao analisar os anexos da referida ata, em sua maioria relacionados a prorrogações de contratos, verificou que os documentos disponibilizados não

1



apresentavam as assinaturas da Pauliprev e dos respectivos fornecedores. Diante disso, realizou um levantamento dos contratos disponíveis no site do Instituto e constatou que, dos 33 contratos analisados, apenas 9 apresentavam as devidas assinaturas. Em contato com Rafael, do setor de Licitações, foi esclarecido que, por questões de segurança, as assinaturas não são disponibilizadas nos anexos publicados no site. Contudo, segundo informado, todos os contratos encontram-se devidamente assinados e arquivados nos registros da Pauliprev. Para melhor esclarecimento da questão, se estabeleceu que Rafael realizará consulta junto à Procuradoria Jurídica do Instituto, a fim de verificar a necessidade de disponibilização, no Portal da Transparência, dos documentos contratuais contendo as respectivas assinaturas.

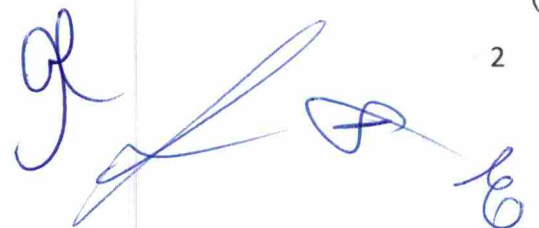
Item 3º da ordem do dia. Foi recebida a Ata nº 06 de 2026 do Comitê de Investimentos que tratou do cenário econômico de junho de 2026, bem como da análise da carteira e fechamento do mês de maio.

O Conselho Fiscal observou que o Comitê apresentou a posição da carteira real da Pauliprev, com base nas informações consolidadas de administradores e gestores, no montante de R\$ 2.080.825.016,83 referente ao fechamento do mês de março de 2026, representando evolução em relação ao mês anterior, quando a carteira totalizava R\$ 2.071.811.673,60, evidenciando crescimento patrimonial.

No tocante ao cenário econômico, o Comitê apresentou uma análise detalhada com base em relatórios de mercado e no Boletim Focus do Banco Central, destacando a continuidade do processo de deterioração das expectativas inflacionárias. A mediana das projeções para o IPCA de 2026 subiu de 4,80% para 4,86%, alcançando 5% no fechamento de abril.

Essa trajetória é fortemente influenciada pela elevação recente dos preços internacionais do petróleo após o início do conflito com o Irã no Oriente Médio, além da projeção de crescimento do PIB ajustada para 1,85% em 2026 e a expectativa para a Taxa Selic ao final do ano revisada para 13,00% pelo mercado, estando atualmente fixada em 14,50% após o Copom adotar passos mais cautelosos de 25 pb.

A carteira de investimentos mantém uma trajetória de crescimento consistente, consolidando o seu posicionamento acima da marca dos dois bilhões de reais ao atingir o montante regulamentar de R\$ 2.080.825.016,83 ao final de março.


2

O resultado representa uma evolução patrimonial positiva de R\$ 9.013.343,23 em relação ao mês anterior, com uma rentabilidade consolidada de 0,43% no mês de março de 2026. Em relação aos segmentos específicos, os fundos líquidos alcançaram o saldo final de R\$ 1.999.662.336,12, tendo registrado aplicações de R\$ 20.325.101,64, resgates de R\$ 33.816.414,14 e rendimento líquido mensal positivo de R\$ 12.589.138,43. Por sua vez, os fundos ilíquidos encerraram com saldo de R\$ 102.374.145,05, registrando uma variação negativa de R\$ 1.012.123,61 no mês, sendo que, dentro deste segmento, o fundo Piata FI RF LP Prev Crédito Privado registrou saldo final de R\$ 524.054,82. No fluxo de caixa consolidado de março, que engloba a totalidade da carteira, as aplicações somaram R\$ 20.325.101,64 contra resgates totais de R\$ 33.816.414,14, gerando um rendimento positivo nominal de R\$ 11.577.014,82 para o período.

No tocante ao fluxo de caixa por recebimentos de longo prazo, o Instituto relembrou o ingresso ocorrido em fevereiro de 2026 em amortizações de juros por meio de cupons semestrais de títulos públicos federais NTN-B, sendo R\$ 24.451.970,84 referentes à carteira própria e R\$ 14.640.229,27 vinculados a recursos de aporte. Adicionalmente, em 13 de março de 2026, foi recebido o rendimento de R\$ 2.368,58 proveniente do fundo Infra Real Estate FII, montante este que foi integralmente aplicado no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica.

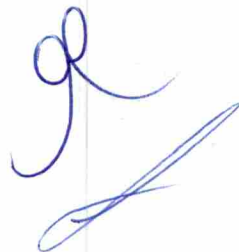
Durante a reunião, a Conselheira Eliete solicitou esclarecimentos acerca dos fatos relevantes relacionados à BFL, especialmente quanto à renúncia apresentada pela administradora do fundo, questionando os motivos que levaram à decisão e quais seriam os próximos encaminhamentos. O Conselheiro Adelson esclareceu que a administradora teria apresentado sua renúncia em razão da falta de perspectiva quanto ao recebimento de seus honorários. Informou, ainda, que estão sendo realizadas tratativas para a contratação de uma nova administradora que possa assumir a gestão do fundo e atuar diante dos riscos envolvidos. Caso não seja possível viabilizar a contratação de uma nova administradora, a Pauliprev deverá assumir sua cota no fundo, conforme os procedimentos aplicáveis.

De modo geral, a análise demonstra que a carteira de investimentos do Instituto mantém uma composição diversificada entre renda fixa com 84,45%, renda variável com 12,32%, fundos estruturados com 2,23% e ativos imobiliários com 1,00%, em estrita conformidade com os limites da regulamentação vigente e da Resolução CMN nº 5.272/2025. O portfólio mantém sua trajetória acima do patamar de dois bilhões de reais, o que evidencia a solidez das estratégias adotadas e a

capacidade da gestão de preservar o patrimônio mesmo diante de um ambiente macroeconômico desafiador e de elevada incerteza.

A conselheira Nara questionou acerca da redução no crescimento consolidado da carteira nos últimos quatro meses. Foi esclarecido por membro do comitê que, recentemente, em virtude da segregação de massas, houve um aumento do fluxo de saídas em relação ao ingresso de recursos, situação comum neste tipo de contabilização, dado o alongamento dos prazos.

Embora a carteira venha apresentando rentabilidade positiva, o seu crescimento nominal é mascarado pela maior necessidade de resgates para o cumprimento de obrigações previdenciárias. Como o retorno dos investimentos é mensurado em termos percentuais, o desempenho real do portfólio pode ser melhor acompanhado por meio da análise da rentabilidade percentual. Afinal, uma comparação em valores absolutos frente ao mês anterior esconderia os ganhos efetivos, dado que as necessidades financeiras do período superaram os aportes, consumindo parte expressiva dos rendimentos auferidos.



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PERFORMANCE E ENQUADRAMENTO PERANTE A RESOLUÇÃO 5272/2025, JUNHO - 2026

Administrador	Fundo	PL	Categoria	%	Limite	Enquadramento
SANTANDER	DI INST PREMIUM (PREVIDENC.)	R\$ 33.990.333,68	Renda Fixa	9,19%	80%	Artigo 7º, V Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa/ETF sem Crédito Privado
SANTANDER	DI INST PREMIUM (ADM)	R\$ 20.075.646,05	Renda Fixa			
SANTANDER	DI INST PREMIUM (FOR)	R\$ 24.398.092,11	Renda Fixa			
SANTANDER	DI INST PREMIUM (FINANCEIRO)	R\$ 11.077.478,26	Renda Fixa			
BANCO BRASIL	BB PREVID RF PERFIL	R\$ 88.718.161,45	Renda Fixa			
RJI	TMJ IMA B FIF	R\$ 2.503.638,82	Renda Fixa			
PLANNER	FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	R\$ 1.771.021,30	Renda Fixa			
RJI	TOWER II RF FI IMA-B 5	R\$ 9.339.874,91	Renda Fixa			
RJI	TOWER RF FI IMA-B 5	R\$ 1.539.263,89	Renda Fixa			
		Total				R\$ 193.413.510,47
CAIXA	CAIXA FIC BRASIL G. ESTRATEGICA	R\$ 123.147.959,09	Renda Fixa	9,81%	100%	Artigo 7º, I Fundo 100% Títulos Públicos ETF TPTN
BANCO BRASIL	BB PREV RF RET TOTAL	R\$ 79.148.601,65	Renda Fixa			
		Total				R\$ 202.297.560,74
BANCO BRASIL	CARTEIRA LONGO PRAZO (NTN-B)	R\$ 1.387.628.423,00	Renda Fixa	64,96%	100%	Art 7º, III - Títulos Públicos
		Total				R\$ 1.387.628.423,00
GENIAL	PIATA FI RF LP PREV.CRED. PRIV	R\$ 514.351,54	Crédito Privado	0,02%	0%	Artigo 7º, VII - Fundo de Invest. Crédito Privado
		Total				R\$ 514.351,54
CM CAPITAL	FIDC GGR PRIME I	R\$ 7.912.777,87	Renda Fixa - FIDC	0,81%	0%	Artigo 7º, IX Fundo/Classe FIDC Subclasse Sênior
TRUSTEE	ILLUMINATI FIDC	R\$ 5.555.261,62	Renda Fixa - FIDC			
RJI	LME REC MULT IPCA - FIDC-SEN	R\$ 3.052.342,60	Renda Fixa - FIDC			
SANTANDER	BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 174.964,75	Renda Fixa - FIDC			
RJI	INCENTIVO MULTISSETORIAL I - FIDC	R\$ 322.245,00	Renda Fixa - FIDC			
		Total				R\$ 17.027.592,04
RJI	FI MULT SCULPTOR CREDITO PRIVADO	R\$ 13.580.142,24	Multimercado	0,65%	15%	Artigo 10º, I - Fundo Invest Multimercado
		Total				R\$ 13.580.142,24
RJI	HAZ FII	R\$ 11.891.519,74	Imobiliário	1,05%	0%	Artigo 11º Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII)
RJI	FII BR HOTEIS	R\$ 9.009.774,82	Imobiliário			
TRUSTEE	FI IMOB INFRA REAL ESTATE FII	R\$ 1.123.329,73	Imobiliário			
		Total				R\$ 22.024.624,29
RJI	INFRA SETORIAL FIP MULTI	R\$ 19.435.112,09	FIP	1,54%	0%	Artigo 10º, III Fundo/Classe de Investimento em Participações (FIP)
RJI	W7 FIP	R\$ 607.017,41	FIP			
RJI	FIP GESTAO EMPRESARIAL FIP MULTI	R\$ 0,00	FIP			
BNY MELLON	BRASIL FLORESTAL FIP MULTI	R\$ 3.950.033,36	FIP			
BFL	FP2 FIP MULTISTRATEGIA	R\$ 8.415.203,09	FIP			
RJI	GERACAO DE ENERGIA FIP MULTI	R\$ 0,00	FIP			
		Total				R\$ 32.457.365,95
BRANDESCO	PLURAL DIV FIF CLASSE INVEST EM AC	R\$ 28.373.336,57	Ações	12,17%	40%	Artigo 8º, I Fundo/Classe de Investimento em Ações
BRANDESCO	BAHIA VAL FIF CLASS DE INVEST C. RL	R\$ 51.451.471,66	Ações			
BRANDESCO	ICT VANG DIVID FIF CIA RL	R\$ 63.997.896,91	Ações			
ITAU	ITAU DUNAMIS FIC	R\$ 112.430.567,47	Ações			
		Total				R\$ 256.253.072,61
TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA		R\$ 1.780.881.437,79		84,59%	Resolução CMN Nº 5272/2025	
TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		R\$ 256.253.072,61		12,17%		
TOTAL SEGMENTO EXTERIOR		R\$ 0,00		0,00%		
TOTAL SEGMENTO ESTRUTURADOS		R\$ 46.037.508,19		2,19%		
TOTAL SEGMENTO FII		R\$ 22.024.624,29		1,05%		
TOTAL GERAL		R\$ 2.105.196.642,88		100,00%		

Marcos André Breda
Diretor Presidente

Douglas Henrique Muncicelli
Diretor Administrativo e Financeiro

JUNHO - Data de Referência: 28/06/2026 - Comitê de Investimentos - Pauliprev							
Ativos	Saldo Inicial	Aplicações	Reprocess	Resgates	Rendimento	Rend %	Saldo Final
BANCO DO BRASIL S/S NTN-B	R\$ 1.354.071.608,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.556.814,86	1,001%	R\$ 1.367.628.423,00
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RF	R\$ 122.243.106,71	R\$ 1.376.345,27	R\$ 0,00	-R\$ 935.047,23	R\$ 463.554,34	0,379%	R\$ 123.147.959,09
BB PREV RET TOTAL	R\$ 78.289.077,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 860.524,55	1,099%	R\$ 79.149.601,65
BB PREV PERFL	R\$ 87.709.910,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.008.250,65	1,150%	R\$ 88.718.161,45
DI INST PREMIUM (PREVIDENC.)	R\$ 44.584.542,32	R\$ 9.511.131,38	R\$ 0,00	-R\$ 20.623.728,55	R\$ 518.388,53	1,163%	R\$ 33.990.333,68
DI INST PREMIUM (ADM)	R\$ 19.793.820,63	R\$ 805.936,80	R\$ 0,00	-R\$ 751.926,32	R\$ 227.814,94	1,151%	R\$ 20.075.646,05
DI INST PREMIUM (FOR)	R\$ 23.907.095,19	R\$ 220.994,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 270.002,61	1,129%	R\$ 24.398.092,11
DI INST PREMIUM (FINANCERO)	R\$ 12.476.153,43	R\$ 10.012.499,79	R\$ 0,00	-R\$ 11.613.800,13	R\$ 202.625,17	1,624%	R\$ 11.077.478,26
BAHIA BBMV ALLOCATION I FIC DE FIA	R\$ 51.079.895,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 371.576,01	0,727%	R\$ 51.451.471,66
PLURAL DIVIDENDOS FIC CIA	R\$ 28.419.551,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 46.215,16	-0,163%	R\$ 28.373.336,57
ICT VANG DVID FIC CIA RL	R\$ 63.787.492,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 210.204,63	0,330%	R\$ 63.997.696,91
ITAUDUNAMS FIA	R\$ 115.893.794,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.463.226,96	-2,988%	R\$ 112.430.567,47
FUNDOS LIQUIDOS	R\$ 2.002.256.048,41	R\$ 21.926.907,55	R\$ 0,00	-R\$ 33.924.502,23	R\$ 14.180.314,17	0,71%	R\$ 2.004.438.767,90
TOWER RF FI MA-B 5	R\$ 1.569.239,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 29.975,19	-1,910%	R\$ 1.539.263,89
TOWER IIR FI MA-B 5	R\$ 9.278.343,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.531,53	0,663%	R\$ 9.339.874,91
PATA FIR LP PREV CRED. PRIV	R\$ 524.054,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 9.703,28	-1,852%	R\$ 514.351,54
TIJUMA B FIR	R\$ 2.733.523,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 221.790,76	-R\$ 8.093,95	-0,296%	R\$ 2.503.638,82
FRF PYXS INSTITUCIONAL IMA B	R\$ 1.742.982,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.038,84	1,609%	R\$ 1.771.021,30
INCENTIVO MULTISECTORIAL I	R\$ 326.562,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.317,86	-1,322%	R\$ 322.245,00
LIME FDC SENIOR	R\$ 4.913.347,29	R\$ 0,00	-R\$ 1.861.004,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 3.052.342,60
BBF MASTER FDC LP	R\$ 176.133,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.168,68	-0,664%	R\$ 174.964,75
FDC GGR PRIME I	R\$ 7.930.445,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 17.668,06	-0,223%	R\$ 7.912.777,87
ILLUMINATI FDC	R\$ 4.430.137,87	R\$ 0,00	R\$ 1.135.123,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 5.565.261,82
FP2 FP MULTISTRATEGIA	R\$ 8.720.740,91	R\$ 0,00	-R\$ 305.537,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 8.415.203,09
FI MULTIMERCADO SCULPTOR	R\$ 14.158.511,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 578.369,36	-4,095%	R\$ 13.580.142,24
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
ATICO FLORESTAL	R\$ 3.951.113,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.080,36	-0,027%	R\$ 3.950.033,36
ATICO GERAÇÃO EMPRESARIAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
W7 FP	R\$ 607.804,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 787,29	-0,130%	R\$ 607.017,41
HAZ FI	R\$ 10.947.484,14	R\$ 0,00	R\$ 944.035,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 11.891.519,74
FIBR HOTES	R\$ 9.022.409,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 12.634,85	-0,140%	R\$ 9.009.774,82
INFRA SETORIAL FP	R\$ 19.483.963,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.149,00	0,006%	R\$ 19.485.112,09
MULTISTRATEGIA	R\$ 1.122.127,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.198,36	R\$ 3.400,73	0,303%	R\$ 1.123.329,73
MOBILIARIO INFRA REAL ESTATE FI	R\$ 101.638.925,84	R\$ 0,00	-R\$ 87.382,96	-R\$ 223.989,12	-R\$ 569.678,78	0,00%	R\$ 100.757.874,98
FUNDOS ILIQUIDOS	R\$ 101.638.925,84	R\$ 0,00	-R\$ 87.382,96	-R\$ 223.989,12	-R\$ 569.678,78	-0,56%	R\$ 100.757.874,98
TOTAL	R\$ 2.103.894.974,25	R\$ 21.926.907,55	-R\$ 87.382,96	-R\$ 34.148.491,35	R\$ 13.610.635,39	0,65%	R\$ 2.105.196.642,88

No mês de junho de 2026 (conforme a referência de 28/06/2026 da tabela de acompanhamento), a carteira de investimentos da Pauliprev apresentou desempenho positivo, evidenciando a consistência da estratégia de alocação e a resiliência do portfólio diante das oscilações do mercado.

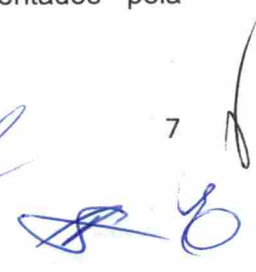
O saldo inicial da carteira, de R\$ 2.103.894.974,25, avançou para R\$ 2.105.196.642,88 ao final do mês, gerando um crescimento patrimonial consolidado de R\$ 1.301.668,63. Mesmo com resgates operacionais no montante de R\$ 34.148.491,35 e ajustes de reprocessamento de -R\$ 87.382,96, o resultado permaneceu amplamente positivo. Esse avanço foi impulsionado pelo desempenho expressivo dos ativos, que geraram um retorno absoluto de R\$ 13.610.635,39 (rentabilidade global de 0,65%), aliado às novas aplicações realizadas no período, que totalizaram R\$ 21.926.907,55 — direcionadas especialmente para os fundos DI Inst Premium Financeiro (R\$ 10,01 milhões) e DI Inst Premium Previdenciário (R\$ 9,51 milhões).

Entre os destaques de rentabilidade do período, sobressaíram-se os ativos de perfil mais dinâmico e papéis indexados à inflação, com ganhos expressivos no DI Inst Premium Financeiro (+1,624%), no FIRF Pyxis Institucional IMAB (+1,609%), no DI Inst Premium Previdenciário (+1,163%) e no BB Prev Perfil (+1,150%). Cabe ressaltar ainda o papel central do título público Banco do Brasil S/S NTN-B, que registrou alta de 1,001% e proporcionou o maior ganho absoluto individual do mês, correspondente a R\$ 13.556.814,86.

De modo geral, os fundos líquidos, que constituem o núcleo da estratégia de segurança e liquidez da Pauliprev (representando mais de 95% do patrimônio), encerraram o período com saldo final de R\$ 2.004.438.767,90 após um rendimento positivo de R\$ 14.180.314,17 (equivalente a 0,71%), sendo os principais responsáveis pelo desempenho positivo da carteira e compensando pontuais retração em renda variável, como a do Itaú Dunamis FIA (-2,988%).

Já os fundos ilíquidos e estruturados, localizados na parte inferior do demonstrativo, encerraram o mês com R\$ 100.757.874,98 e apresentaram resultado negativo de R\$ 569.678,78 (correspondente a -0,56%), impactados sobretudo pela oscilação do FI Multimercado Sculptor (-4,085%), o que reflete oscilações pontuais típicas desse segmento, ainda em processo de recuperação de ativos e liquidação.

O desempenho da carteira em junho de 2026 reforça a solidez da política de investimentos adotada, com resultados robustos mesmo em cenário de volatilidade, sustentados pela diversificação e pela forte predominância de ativos líquidos de baixo risco.


7

As Autorizações de Aplicação e Resgate (APR), que detalham cada operação financeira realizada nas carteiras do RPPS — incluindo ativos, origem e destino dos recursos, valores movimentados e justificativas — foram devidamente analisadas pelo Conselho Fiscal, que não apresentou objeções, permanecendo todos os documentos disponíveis para consulta no site oficial.

Assembléias e consultas formais

Os fundos BR Hotéis, Tower e TMJ realizaram Assembleias Gerais tendo como pauta comum a aprovação das demonstrações financeiras dos respectivos fundos, referentes ao exercício de 2025. Na oportunidade, a Pauliprev optou pela abstenção na votação de todas Assembléias, acompanhando o posicionamento e as recomendações constantes no parecer do auditor independente.

Destacamos as seguintes amortizações no mês de Maio de 2026

No dia 10 de junho de 2026, a Pauliprev recebeu recursos provenientes de amortização de cotas do Fundo TMJ, no valor de R\$ 221.790,86 (duzentos e vinte um mil centecentos e noventa reais e oitenta e seis centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

No dia 15 de junho de 2026, a Pauliprev recebeu rendimentos provenientes do Fundo Infra Real Estate (Prev), no valor de R\$ 2.198,36 (dois mil cento e noventa e oito reais e trinta e seis centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal (CEF), no fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

Item 4º da ordem do dia: O conselho analisou os documentos de empenhos disponibilizados referentes ao mês de junho/2026 onde foi constatado que: Os repasses previdenciários da Prefeitura Municipal de Paulínia totalizaram R\$ 12.948.412,91, sendo R\$ 5.223.688,79 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 7.724.724,12 destinados ao Plano Financeiro, sendo depositados conformes APR's. Os repasses previdenciários da Câmara Municipal de Paulínia totalizaram R\$ 258.116,46, sendo R\$ 77.451,48 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 180.664,98 destinados ao Plano Financeiro. Também se verificou o recebimento de R\$ 84.409,52 referente ao Termo de Convênio entre Prefeitura e PAULIPREV e R\$ 2.810,87 referente ao Termo de Convênio entre Câmara e PAULIPREV, ambos relacionados aos serviços prestados pelo setor de perícias do



RPPS. Verificou-se também o recebimento das parcelas 070/200 dos parcelamentos previdenciários nos 406 e 408/2020 totalizando R\$ 696.315,69, sendo R\$ 212.306,65 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 484.009,04 destinados ao Plano Financeiro, bem como da parcela 57/60 do parcelamento previdenciário nº 828/2021 totalizando R\$ 192.464,07, sendo R\$ 58.682,30 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 133.781,77 destinados ao Plano Financeiro. Também foi identificado recebimentos de COMPREV, entre o RGPS e outros RPPS's no valor de R\$ 3.181.666,25 (R\$ 3.186.393,46 de recebimentos e 4.727,21 de pagamentos), sendo R\$ 1.152.356,45 destinados ao Plano Previdenciário e R\$ 2.029.309,80 destinados ao Plano Financeiro.

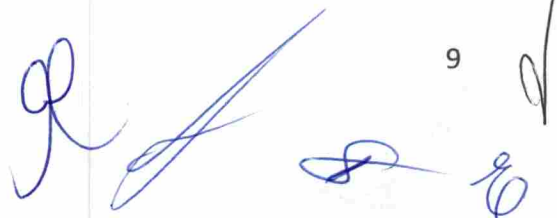
Também foram observadas as remunerações de acordo com o RESUMO GERAL DA FOLHA. Do Plano Previdenciário o pagamento de Aposentados totalizou R\$ 20.968.357,57 (1.362), e o pagamento de Pensionistas totalizou R\$ 1.044.132,66 (107). Do Plano Financeiro o pagamento de Aposentados totalizou R\$ 10.976.715,84 (721), e o pagamento de Pensionistas totalizou R\$ 1.064.801,29 (90). Dos servidores Ativos o pagamento totalizou R\$ 550.929,28 (30). Dos Estagiários o pagamento totalizou R\$ 1.364,00 (1). Dos Conselheiros o pagamento totalizou — R\$ 32.043,76 (14).

A Conselheira Eliete chamou a atenção do Colegiado para o expressivo volume atualmente destinado ao pagamento de empréstimos consignados, que totaliza R\$ 1.081.700,16, junto a bancos e cooperativas financeiras, destacando a relevância desse montante para o acompanhamento e análise pelo Conselho.

Durante o mês de junho, foram realizados 51 empenhos, além de 18 lançamentos extraorçamentários.

No que se refere aos empenhos, a Conselheira Eliete questionou o Empenho nº 001, relacionado à reversão de aposentadorias. Em resposta, o Contador Willian esclareceu que as reversões ocorreram em razão de duas situações: casos em que o Tribunal de Contas não havia realizado o devido registro da aposentadoria e casos de aposentadoria por invalidez em que os beneficiários foram posteriormente considerados aptos para o retorno ao trabalho.

Observou-se, ainda, que o Empenho nº 137 correspondeu à contratação de certificação digital para o setor de Recursos Humanos (RH). A Conselheira Eliete questionou o Contador Willian se se tratava de uma nova despesa para a Pauliprev. Willian respondeu afirmativamente, esclarecendo



que a contratação da certificação digital se fez necessária em razão das exigências relacionadas ao eSocial.

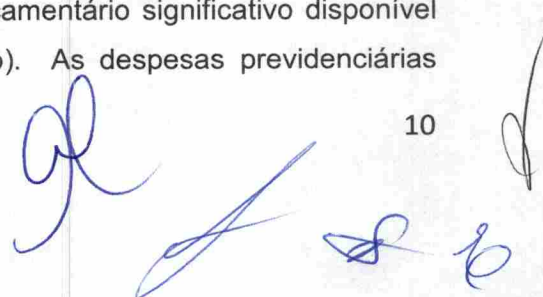
No que concerne às requisições de pequeno valor (RPVs), foi observado que não ocorreram no mês de Junho/26.

Análise do Balancete de Receitas de Junho de 2026

No mês de Junho 2026, as receitas da Pauliprev apresentaram comportamento compatível com o exercício financeiro, com arrecadação ainda concentrada nas receitas previdenciárias e intraorçamentárias. O total arrecadado no mês atingiu R\$ 22.049.133,13, considerando receitas correntes e intraorçamentárias, evidenciando fluxo regular de ingresso de recursos no período. As contribuições previdenciárias, compreendendo servidores ativos, inativos e pensionistas, somaram R\$ 7.627.149,45, mantendo-se como principal fonte de custeio do regime. Destaca-se a arrecadação dos servidores ativos da Prefeitura, tanto no plano previdenciário quanto financeiro, que representaram a maior parcela dentro desse grupo de receitas. As receitas intraorçamentárias (Total Receitas Correntes - Intra OFSS), especialmente as contribuições patronais e parcelamentos, totalizaram R\$ 11.235.590,22, reforçando a importância dos repasses do ente federativo para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto. No que se refere às demais receitas correntes (Total Outras Receitas Correntes), estas alcançaram R\$ 3.186.393,46 com destaque para a compensação previdenciária entre regimes (COMPREV), que totalizou aproximadamente R\$ 3.186.393,46 (sendo R\$ 1.152.356,45 do plano previdenciário e R\$ 2.034.037,01 do plano financeiro), demonstrando a continuidade do fluxo de recuperação de créditos previdenciários. Observa-se, ainda, que a receita patrimonial não registrou arrecadação no mês (R\$ 0,00), mantendo o acumulado do ano em R\$ 39.092.200,11 para uma previsão de R\$ 80.000.000,00. De forma geral, o comportamento das receitas em Junho de 2026 reflete a sazonalidade típica do exercício, com tendência de evolução ao longo dos meses, à medida que se consolidam as arrecadações previdenciárias, aportes e receitas financeiras.

Análise do Balancete de Despesas – Junho de 2026

O balancete de despesas da Pauliprev referente ao mês de Junho de 2026 demonstra execução orçamentária inicial dentro da normalidade, com despesa paga no mês de R\$ 34.858.532,73 frente a uma dotação atual de R\$ 341.100.000,00, mantendo saldo orçamentário significativo disponível para o exercício (R\$ 41.307.277,55 em saldo atual de dotação). As despesas previdenciárias



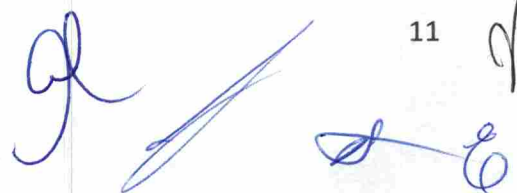
continuam representando o principal compromisso financeiro da autarquia. Os pagamentos com aposentadorias somaram aproximadamente R\$ 31.945.073,41 no mês (Ficha 1019 + Ficha 1024), considerando os planos previdenciário (R\$ 20.968.357,57) e financeiro (R\$ 10.976.715,84), enquanto as pensões atingiram cerca de R\$ 2.108.933,95 (Ficha 1020 + Ficha 1025) (R\$ 1.044.132,66 do plano previdenciário e R\$ 1.064.801,29 do financeiro), evidenciando a predominância dos benefícios na estrutura de gastos do regime. No âmbito administrativo, destacam-se as despesas com vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil, no valor de aproximadamente R\$ 515.555,96 (Ficha 994), além dos gastos com serviços de terceiros – pessoa jurídica (Outros Serviços de Terceiros - PJ, Ficha 1005), que somaram cerca de R\$ 52.574,70 pagos no mês, e os serviços de tecnologia da informação (Ficha 1006), no montante de R\$ 33.022,11, refletindo a manutenção das atividades operacionais do Instituto. Ressalta-se que diversas dotações permaneceram sem execução no período, como aquelas destinadas à construção da nova sede (Ficha 902), aquisição de equipamentos (Ficha 1008/1017), capacitação (Ficha 1013) e parte das despesas com sentenças judiciais (Ficha 1018 com R\$ 0,00 pago no mês), o que é compatível com o planejamento financeiro e o estágio inicial da execução orçamentária. O total empenhado acumulado já atinge R\$ 299.762.079,63, demonstrando que grande parte das despesas obrigatórias, especialmente previdenciárias, já se encontra comprometida, ainda que a execução financeira ocorra ao longo do exercício. O cenário das despesas em Junho confirma que a condução orçamentária caminha em estrita sintonia com a finalidade previdenciária do Instituto. A gestão prioriza a segurança e a previsibilidade no pagamento dos benefícios aos segurados, mantendo, em paralelo, um controle rigoroso sobre os custos administrativos e o zelo pelo equilíbrio financeiro da autarquia.

Item 5º da ordem do dia. O colegiado teve conhecimento dos 14 processos de aposentadorias e 01 de pensão referente ao mês Junho de 2026. Os processos foram disponibilizados na sede da autarquia para consulta.

Matrículas dos Aposentados e Pensionistas: 4828-0, 7581-0, 3834-0, 2286-0, 8240-0, 5612-0, 5372-0, 10901-0, 6120-0, 12618-0, 8636-0, 8332-0, 3297-0, 904018-0, 6585-1

Item 6º da ordem do dia. O Conselho Fiscal, no decorrer da conferência dos documentos contábeis e fiscais, bem como da discussão de outros assuntos pertinentes a este colegiado, fez algumas observações e sugestões:

O Presidente deste Colegiado realizou a leitura da devolutiva referente ao requerimento apresentado, no qual foi solicitado o encaminhamento integral dos documentos enviados à SPREV,



incluindo os respectivos comprovantes de protocolo, eventuais exigências, pedidos de esclarecimentos, manifestações, notas técnicas ou decisões emitidas pelo órgão federal, no que diz respeito à segregação de massas. Diante da documentação apresentada, verifica-se que o processo ainda se encontra em análise, havendo, inclusive, referências distintas quanto à sua situação, ora mencionando-se implementação, ora alteração da segregação de massas. Dessa forma, entende-se necessária a continuidade do acompanhamento do processo.

De acordo com o que foi deliberado em reuniões anteriores, nas quais foi destacada a importância da realização de reuniões presenciais do Conselho Administrativo, como forma de ampliar a participação e o acompanhamento por parte dos servidores ativos e inativos, o Conselho Fiscal consignou que, caso o Conselho Administrativo não retomasse as reuniões presenciais, seriam adotadas as medidas cabíveis, nos termos do Regimento Interno. Diante disso, foram solicitados pareceres do Controle Interno e da Procuradoria, os quais, de forma unânime, manifestaram-se no sentido de que não há impedimento para a realização das reuniões na modalidade on-line. O Conselheiro Reginaldo, por sua vez, enfatizou que permanecem as divergências entre a forma de realização das reuniões e as disposições previstas no Regimento Interno, destacando a necessidade de observância das normas regimentais e de alinhamento entre a prática adotada e os dispositivos que regulamentam o funcionamento do Conselho Administrativo.

Conforme estabelecido na reunião anterior, o Colegiado realizou a leitura do Relatório do 4º Trimestre, do Planejamento Estratégico, elaborados pelo Controlador Interno, bem como do Relatório de Governança, elaborado pelo Diretor Administrativo/Financeiro, documentos estes que já haviam sido apresentados ao Conselho Administrativo. Durante a análise dos documentos, a Conselheira Eliete observou a ausência de informações referentes às atividades institucionais da Procuradoria nos relatórios apresentados. Diante disso, ficou estabelecido que a referida Conselheira encaminharia e-mail ao Controlador Interno, solicitando esclarecimentos e uma devolutiva acerca da questão levantada. Após o recebimento da resposta, a Conselheira se comprometeu a repassar as informações aos demais membros do Colegiado, para conhecimento e eventual deliberação.

Em relação às sugestões apresentadas pelo atuário acerca da importância de alterações na segregação de massas, o Diretor-Presidente informou que manteve contato com a Prefeitura, ocasião em que uma série de questionamentos foram realizados pelos mesmos o que foi encaminhada ao atuário para análise e esclarecimentos.



A Conselheira Eliete solicitou, ainda, ao Contador, a possibilidade de que os empenhos fossem encaminhados com maior antecedência, de modo a possibilitar uma análise mais adequada por parte do Colegiado nas reuniões do Conselho Fiscal. Em resposta, Willian esclareceu que, excepcionalmente neste mês, houve atraso no encaminhamento dos empenhos em razão da necessidade de priorizar a elaboração do orçamento do Instituto para o próximo exercício, mas que faria o possível para que isso seja agilizado.

O Contador Willian informou, ainda, que, na próxima quarta-feira, dia 2 de setembro, às 9 horas, na Câmara Municipal, ministrará uma palestra no âmbito do Projeto VIVA VIDA, da Pauliprev, **com o tema:** “Saúde Financeira: como as finanças impactam na qualidade de vida”, o que fez Eliete e Reginaldo citarem que estariam divulgando junto aos aposentados /pensionistas e servidores da Câmara respectivamente.

O Conselheiro Reginaldo relatou que o contrato de locação do imóvel utilizado pela Pauliprev tem término previsto para fevereiro de 2027, tendo o Instituto sido consultado quanto ao interesse na aquisição do prédio. Diante disso, o Contador Willian informou que está realizando um levantamento dos gastos referentes à locação nos últimos cinco anos, com o objetivo de subsidiar uma análise mais detalhada. O Diretor-Presidente acrescentou que realizou consultas junto à Prefeitura com o intuito de verificar a disponibilidade de imóveis municipais que pudessem ser utilizados pelo Instituto, porém, até o momento, não obteve retorno satisfatório. Ressaltou, ainda, a necessidade de avaliar, a possibilidade de construção de uma sede própria para a Pauliprev. O Conselheiro Reginaldo sugeriu, como alternativa, a utilização do prédio da antiga Prefeitura. Entretanto, segundo informado por André, o referido imóvel não se encontra acessível para essa finalidade.

André informou que, em razão da alteração do enquadramento de Paulínia de médio para grande porte, conforme os critérios do Pró-Gestão, as novas certificações deverão observar os requisitos correspondentes ao nível intermediário. Na oportunidade, alertou os Conselheiros Reginaldo e Ademir de que, em breve, ambos deverão realizar novas certificações, em conformidade com as exigências estabelecidas para o novo enquadramento.

A Conselheira Nara questionou, ainda, sobre a situação do reenquadramento da Guarda Municipal. Em resposta, André informou que a medida deverá ser viabilizada até o final de agosto, incluindo o pagamento dos valores retroativos. Na oportunidade, explicou os procedimentos e as etapas de trabalho necessários para a efetivação do reenquadramento.



A Conselheira Eliete questionou, ainda, sobre o andamento da elaboração da nova Cartilha da Previdência. Em resposta, o Diretor-Presidente informou que irá agilizar a conclusão do material, visando à sua posterior divulgação aos segurados e demais interessados.

Ficou consignado que todos os documentos mencionados na presente reunião foram previamente encaminhados aos conselheiros para leitura e análise.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Paulínia, 26 de agosto de 2026.



ADELSON CHAVES DOS SANTOS

CP RPPS CONFIS II

CPA-20



REGINALDO APARECIDO NAVES

Presidente Conselho Fiscal

CP RPPS CONFIS I



ADEMIR PEREIRA

CP RPPS CONFIS I



NARA MARTINS MORETTI

CP RPPS CONFIS I



ELIETE MARIA DA SILVA

CP RPPS CONFIS I

Prezada Eliete,

Seguem as respostas aos questionamentos.

-Ao seu ver estamos qualificados para passar ao nível III do Pro gestão ? Porque? Qual a previsão?

Não. O Pauliprev não cumpre integralmente os requisitos para passar para o nível III.

Em anexo a relação de ações pendentes, enviada à Diretoria Executiva em março deste ano.

Sobre a previsão, não cabe a Controladoria Interna responder, haja vista tratar-se de decisão que compete exclusivamente à Diretoria Executiva.

-Porque não há dados da Procuradoria como os demais setores,nas atividades institucionais (quantidade de atendimentos presencial , fone, email e what;número de processos em andamentos , finalizados, entrada, valor total, assuntos principais dos processos, participação junto aos fundos poderes, entre outros?) Vale destacar que no Planejamento estratégico (página 5) nas iniciativas revisadas é citado " aperfeiçoar a mensuração do passivo judicial" mas até o momento em nenhum relatório vem sendo apresentado o que foi proposto neste documento.

Os dados estatísticos são voltados para as demandas dos segurados junto ao instituto, não para a atuação/produtividade dos setores.

O foco está naquilo que foi demandado: benefícios concedidos, perícias realizadas, tipos de processos solicitados etc.

Como o atendimento aos segurados não é o escopo das atividades da Procuradoria, ela não aparece no relatório, assim como não aparecem dados diretamente ligados ao Controle Interno ou qualquer outro setor do Instituto, com exceção da Previdência e Perícia, em razão de suas atividades estarem diretamente relacionadas às demandas dos segurados.

Em relação ao passivo judicial, o planejamento estratégico prevê a elaboração de um relatório ainda neste ano, conforme detalhado a seguir.

-Na página 6 é citado que foi manualizado a compensação previdenciária mas não encontra-se no site da Pauliprev no item Manual de Processos?

Upload feito. Segue o link.

<https://pauliprev.sp.gov.br/wp-content/uploads/2026/08/Manual-de-Compensacao-Previdenciaria.pdf>

Ressalte-se que os manuais não foram elencados no rol de documentos cuja publicação é imprescindível (item 3.2.8 do Manual Pró-Gestão).

Por fim, tendo em vista que minhas respostas abrangem outros departamentos do instituto, tomei a liberdade de copiá-los, para que possam se manifestar caso julguem necessário.

Em cópia também ao Presidente do Conselho Fiscal.

Pró-Gestão – Pendências Nível III:

- MAPEAMENTO A ÁREA DE ATENDIMENTO (atendimento presencial aos segurados, atendimento telefônico e ouvidoria);
- MAPEAMENTO DA ÁREA FINANCEIRA (tesouraria, orçamento e contabilidade).
- MANUALIZAR A ÁREA DE ATENDIMENTO (atendimento presencial aos segurados, atendimento telefônico e ouvidoria); e
- MANUALIZAR A ÁREA FINANCEIRA (tesouraria, orçamento e contabilidade);
- CAPACITAR UM MEMBRO DO CONSELHO FISCAL NO TEMA CONTROLES INTERNOS;
- RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Periodicidade semestral e incluir informações estatísticas dos canais de atendimento (RPPS e Ente);

- RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL

Adicionar ao relatório: Estudo técnico de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras do plano de benefícios dos RPPS, que deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e, obrigatoriamente, embasar as hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, conforme previsto no art. 33 da Portaria MTP nº 1.467/2022;

- CÓDIGO DE ÉTICA

Realizar ações de capacitação relativas ao seu conteúdo com os servidores do RPPS, segurados (servidores ativos, aposentados e pensionistas) e membros dos órgãos colegiados;

- RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO JUDICIAL;
- RELATÓRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (semestral);

- LIMITES DE ALÇADA (definir em ato normativo);
- SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES

Formalizar a segregação das atividades de investimentos das atividades administrativo-financeiras;

- OUVIDORIA (Formalizar a Ouvidoria do Pauliprev);
- COMITÊ DE INVESTIMENTOS (aumentar para 5 o número de membros);
- CONSELHO FISCAL

- maioria dos membros formação de nível superior.
- um dos Conselhos, Fiscal ou Deliberativo, sendo exercida por um dos representantes dos segurados, que terá o voto de qualidade.
- O Conselho Fiscal deverá adotar as seguintes práticas:
 - a) Elaboração, publicação e controle sobre a efetivação de **plano de trabalho anual**, estabelecendo os procedimentos, o cronograma de reuniões, o escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos; e
 - b) **Elaboração de parecer ao relatório de prestação de contas**, no qual devem constar os itens ressaltados com as motivações, recomendações para melhoria e áreas analisadas.

- CONSELHO ADMINISTRATIVO

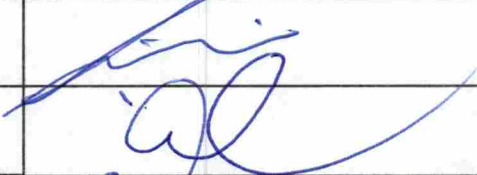
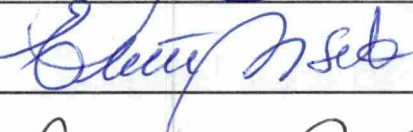
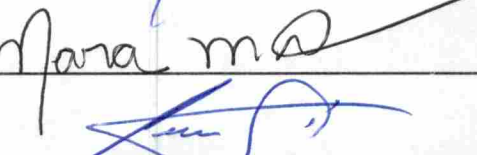
- maioria dos membros formação de nível superior.
- um dos Conselhos, Fiscal ou Deliberativo, sendo exercida por um dos representantes dos segurados, que terá o voto de qualidade.
- O Conselho Deliberativo deverá adotar as seguintes práticas:
 - a) Elaboração, publicação e controle da efetivação de **plano de trabalho anual**, estabelecendo os procedimentos, o cronograma de reuniões, o escopo a ser trabalhado e os resultados obtidos; e
 - b) **Elaboração de relatório de prestação de contas**, com a síntese dos trabalhos realizados e demais considerações sobre suas atividades.



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL
15 de setembro de 2026, às 8h00

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	ADELSON CHAVES DOS SANTOS	
3	ELIETE MARIA DA SILVA	
4	NARA MARTINS MORETTI	
5	REGINALDO APARECIDO NAVES	